



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

**XXXIII Seleção de Estagiários para a área de Direito da Procuradoria Geral do
Estado do Amazonas – ABRIL /2019**

ATENÇÃO:

- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato na folha de resposta;
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (nem mesmo à Constituição Federal), doutrina, impressos ou anotações;
- Não é permitida a retirada de nenhuma das folhas integrantes desse caderno de prova;
- A prova tem duração de 03 (três) horas;
- A divulgação do gabarito e do resultado será por meio do site www.pge.am.gov.br
- Será eliminado o candidato que descumprir qualquer regra do edital
- As folhas do caderno de provas não podem ser separadas (desgrampeadas)
- Este caderno de provas possui 40 questões de múltipla escolha e o tema da redação.

Nome: _____

C. Identidade: _____



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Acerca das Funções Essenciais à Justiça, marque a alternativa incorreta:

- a) Embora seja possível a contratação, pelo Poder Público, de advogados privados para a defesa de causas do Estado, é inconstitucional a criação de outros órgãos de defesa deste mesmo Poder Público, diversos das respectivas procuradorias referidas pelas CR/88.
- b) O Procurador-Geral da República e a Ordem dos Advogados do Brasil são funções essenciais à justiça dotadas de legitimidade ativa ad causam para instaurar o controle de constitucionalidade por via de ação direta, isto é, perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) A vedação imposta aos membros do Ministério Público, consubstanciada na impossibilidade de exercerem atividade político-partidária não se aplica para aqueles cujo ingresso na carreira se deu antes da CR/88.
- d) A CR/88 assegura aos advogados a inviolabilidade de seus atos e manifestações decorrentes no exercício da profissão. Tal prerrogativa, entretanto, não é absoluta e, nos termos da lei, pode ser excepcionada quando necessário.
- e) N.D.A.

2. Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta: (1,0)

- a) Nos tribunais, a competência para o exercício do controle de constitucionalidade será sempre do plenário ou, onde houver, de órgão especial criado para tanto. Em ambos os casos, no entanto, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo só poderá ser declarada pela maioria dos votos.
- b) As súmulas vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal tem por objetivo pacificar o entendimento, apenas para o Poder Judiciário, acerca da validade, interpretação e eficácia de determinadas normas, sempre que houver, acerca das mesmas, controvérsia atual que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- c) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Supremo Tribunal Federal é competente para julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República, além dos membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- d) As garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são absolutas, como forma de assegurar aos juízes o mais independente exercício das funções do Poder Judiciário.
- e) N.D.A.

3. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Pelo princípio da simetria, os estados podem criar, dentro de suas próprias leis constitucionais, todas as ações do controle de constitucionalidade concentrado.
- b) A modulação dos efeitos da decisão em matéria de controle concentrado é autorizada por lei, contudo, esta não tem lugar na ação declaratória de constitucionalidade, notadamente quando a decisão for pela procedência da ação.
- c) Suscitado o incidente de inconstitucionalidade, a turma ou a câmara proferirá acórdão aceitando-o ou não. Resolvido o incidente, a turma ou a câmara onde o mesmo se originou julgará o processo, resolvendo a questão controversa entre as partes.
- d) A ADPF incidental pode ser proposta pelo Procurador-Geral da República, inclusive, quando houver

representação de interessados que não possuam legitimidade ativa para tanto.

e) N.D.A.

4. No que se refere ao processo legislativo, marque a afirmativa correta:

- a) a aprovação de proposta de emenda à CF prescinde de sanção presidencial.
- b) a sanção presidencial sana o vício de iniciativa na hipótese de lei cuja iniciativa é reservada ao chefe do Poder Executivo federal.
- c) se aplica o denominado procedimento legislativo ordinário aos decretos legislativos.
- d) o STF evoluiu no sentido de admitir o controle de constitucionalidade dos pressupostos objetivos para edição de medida provisória. Admite-se, pois, que o Poder Judiciário verifique meticulosamente se restam preenchidos os requisitos de urgência e relevância para fins de medida provisória, sob pena da inconstitucionalidade da medida.
- e) o projeto de lei somente será aprovado quando houver total e perfeita concordância, quanto ao seu teor, por parte das duas Casas Legislativas, sem que se possa falar em vantagem da Casa Legislativa iniciadora.

5) O art. 37, VII da CF, dispõe que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte (...) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. Acerca da interpretação e da aplicação dessas disposições constitucionais, assinale a opção correta:

- a) O direito de greve dos servidores públicos é norma de eficácia plena
- b) A lei específica pode conter matéria estranha à disciplina do direito de greve dos servidores públicos.
- c) Na ausência de lei específica, é cabível a impetração de mandado de injunção.
- d) Compete à justiça do trabalho julgar dissídios relativos ao direito de greve dos servidores públicos estatutários da administração direta, dos das autarquias e dos das fundações da União.
- e) N.D.A.

6) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O preâmbulo constitucional serve de fonte interpretativa sistemática e histórica.
- b) A contradição existente entre princípios constitucionais devem formar um sistema harmônico.
- c) Os princípios jurídicos são normas de grau de abstração mais elevado do que o das regras de direito.
- d) A interpretação sistemática da Constituição pode ser realizada dentro de todo o sistema jurídico, considerando normas constitucionais e infraconstitucionais.
- e) N.D.A.

7) Assinale a opção correta no que se refere à aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana:

- a) O uso de algemas não requer o prévio juízo de ponderação da necessidade, como em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, pois como a fuga é ato extremamente provável no momento da prisão, as algemas podem ser utilizadas como regras.
- b) A referência, na CF, à dignidade da pessoa humana, aos direitos e garantias individuais está relacionada aos direitos e garantias do indivíduo dotado de personalidade jurídica ou não. Desse modo, a aplicação do princípio da



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

dignidade humana exige a proteção dos embriões humanos obtidos por fertilização *in vitro* e congelados, devendo-se evitar sua utilização e, pesquisas científicas e terapias.

c) A aplicação do princípio da insignificância, embora seja consequência do princípio da dignidade da pessoa humana, não é aplicável aos crimes militares haja vista dignidade do bem jurídico protegido pelos tipos penais que têm por objeto de proteção os interesses da administração militar.

d) A ausência de indicação da conduta individualizada dos acusados de crimes societários, além de implicar a inobservância aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, fere o princípio da dignidade da pessoa humana

e) N.D.A.

8) A Constituição brasileira não pode ser emendada

a) na implantação do estado de emergência e durante a intervenção da União nos Estados;

b) na vigência do estado de sítio e na implantação do estado de emergência;

c) quando em estado de sítio e durante a intervenção da União nos Municípios;

d) na vigência de estado de defesa, de estado de sítio e de intervenção federal

e) NDA

9) A Constituição Federal do Brasil de 1988, ao estabelecer que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros, está estabelecendo o princípio da:

a) uniformidade

b) imunidade

c) isenção

d) remissão

e) personalização

10) A respeito do poder constituinte, assinale a opção correta.

a) O caráter ilimitado do poder constituinte originário não impede o controle de constitucionalidade sobre norma constitucional originária quando esta conflitar com outra norma constitucional igualmente originária.

b) Se não houver ressalva expressa no seu próprio texto, a Constituição nova atingirá os efeitos pendentes de situações jurídicas consolidadas sob a égide da Carta anterior.

c) O poder constituinte originário não desaparece com a promulgação da Constituição, permanecendo em convívio estreito com os poderes constituídos.

d) As assembleias nacionais constituintes são as entidades que titularizam o poder constituinte originário.

e) O poder constituinte originário é incondicionado, embora deva respeitar os direitos adquiridos sob a égide da Constituição anterior, ainda que esses direitos não sejam salvaguardados pela nova ordem jurídica instaurada.

11) A respeito dos princípios fundamentais e dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) Por constituírem direitos relativos às pessoas naturais, os direitos e garantias fundamentais não são extensíveis às pessoas jurídicas.

b) Enquanto os direitos civis e políticos se baseiam em abstenções por parte do Estado, os direitos sociais pressupõem prestações positivas do Estado.

c) De acordo com o STF, um direito fundamental constitucionalmente previsto possui caráter absoluto e se sobrepõe a eventual interesse público.

d) A adoção da Federação como forma de Estado pela CF é embasada na descentralização política e na soberania dos Estados-membros, que são capazes de se auto-organizar por meio de suas próprias constituições.

e) Em relação aos direitos políticos, o mandado de segurança coletivo e o habeas corpus são formas de exercício direto da soberania popular, como previsto na CF.

12) A respeito do processo legislativo de emenda constitucional, assinale a afirmativa incorreta.

a) A proposta de emenda pode ser apresentada pelo Presidente da República.

b) A discussão e a votação da proposta de emenda devem ser realizadas em dois turnos.

c) A proposta de emenda aprovada é encaminhada ao Presidente da República para promulgação.

d) A aprovação exige quórum de maioria qualificada.

e) NDA

13) Sabe-se a polêmica ainda existente na doutrina constitucionalista pátria no que se refere à eventual hierarquia da Lei Complementar sobre a Lei Ordinária. Todavia, há diferenças entre essas duas espécies normativas que podem até gerar vícios de inconstitucionalidade caso não respeitadas durante o processo legislativo. A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

a) A Lei Complementar exige aprovação por maioria absoluta, enquanto a Lei Ordinária é aprovada por maioria simples dos membros presentes à sessão, desde que presente a maioria absoluta dos membros de cada Casa ou de suas Comissões.

b) As matérias que devem ser regradas por Lei Complementar encontram-se taxativamente indicadas no texto constitucional e, desde que não seja assunto específico de normatização por decreto legislativo ou resolução, o regramento de todo o resíduo competirá à Lei Ordinária.

c) As matérias reservadas à Lei Complementar não serão objeto de delegação do Congresso ao Presidente da República.

d) A discussão e votação dos projetos de Lei Ordinária devem, obrigatoriamente, ter início na Câmara dos Deputados.

e) nda

14) No que concerne à reclamação constitucional, assinale a afirmativa correta.

a) A reclamação pode ser utilizada como sucedâneo de recurso, segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal.

b) A Súmula do Supremo Tribunal Federal despida de eficácia vinculante é paradigma apto a dar ensejo ao conhecimento da reclamação.

c) A reclamação é cabível, ainda que já tenha ocorrido o trânsito em julgado do ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.

d) A reclamação pode ser utilizada tanto para a preservação da competência do Supremo Tribunal Federal quanto do Superior Tribunal de Justiça.

e) nda



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

15) Após reiteradas decisões sobre determinada matéria, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou enunciado de Súmula Vinculante determinando que “é inconstitucional lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias”. O Estado X, contudo, não concordando com a posição do Supremo Tribunal Federal (STF), edita lei dispondo exatamente sobre os sistemas de consórcios e sorteios em seu território.

A partir da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal (STF) poderá, de ofício, declarar a inconstitucionalidade da norma estadual produzida em desconformidade com a Súmula.
- b) Qualquer cidadão poderá propor a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante que, nesse caso, será declarada mediante a decisão de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF).
- c) É cabível reclamação perante o Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a validade da lei do Estado X que dispõe sobre os sistemas de consórcios e sorteios em seu território.
- d) A súmula possui efeitos vinculantes em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, mas não vincula o Poder Legislativo na sua atividade legiferante.

16) A Constituição da República de 1988 adotou elementos de federalismo cooperativo e de federalismo dual na repartição de competências entre os entes federados, distribuindo competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes. Assim sendo, a respeito da organização do Estado estabelecida na Constituição, assinale a afirmativa correta.

- a) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, competindo à lei complementar fixar normas de cooperação entre os entes.
- b) É vedado aos Estados criar códigos tributários próprios, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro e tributário.
- c) É vedado à União decretar intervenção federal em Município localizado em território federal quando não tiver aplicado o mínimo exigido de sua receita na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- d) Em relação às competências legislativas concorrentes da União e dos Estados, havendo norma federal e estadual divergentes, deve prevalecer a norma federal, que serve de fundamento de validade à norma estadual.
- e) nda

DIREITO ADMINISTRATIVO

17) A revogação representa uma das formas de extinção de um ato administrativo. Quanto a esse instituto, é correto afirmar que:

- a) pode ser dar tanto em relação a atos viciados de ilegalidade ou não, desde que praticados dentro de uma mesma competência discricionária.
- b) produz efeitos retroativos, retirando o ato do mundo, de forma a nunca ter existido;
- c) apenas pode se dar em relação aos atos válidos, praticados dentro de uma mesma competência discricionária, produzindo efeitos *ex nunc*.

d) pode se dar em relação aos atos vinculados ou discricionários, produzindo efeito ora *ex tunc*, ora efeito *ex nunc*.

18) O Estado X publicou edital de concurso público de provas e títulos para o cargo de analista administrativo. O edital prevê a realização de uma primeira fase, com questões objetivas, e de uma segunda fase com questões discursivas, e que os 100 (cem) candidatos mais bem classificados na primeira fase avançariam para a realização da segunda fase. No entanto, após a divulgação dos resultados da primeira fase, é publicado um edital complementar estabelecendo que os 200 (duzentos) candidatos mais bem classificados avançariam à segunda fase e prevendo uma nova forma de composição da pontuação global. Nesse caso:

- a) a alteração não é válida, por ofensa ao princípio da impessoalidade, advindo da adoção de novos critérios de pontuação e da ampliação do número de candidatos na segunda fase.
- b) a alteração é válida, pois a aprovação de mais candidatos na primeira fase não gera prejuízo aos candidatos e ainda permite que mais interessados realizem a prova de segunda fase.
- c) a alteração não é válida, porque o edital de um concurso não pode conter cláusulas ambíguas;
- d) a alteração é válida, pois foi observada a exigência de provimento dos cargos mediante concurso público de provas e títulos.
- e) a alteração é válida, pois é possível a alteração do edital antes da conclusão do certame, desde que não haja prejuízo para os candidatos.

19) Assinale a alternativa correta.

- a) O Princípio da Impessoalidade previsto no art. 37 da Constituição Federal, apresenta-se exclusivamente no sentido de que os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa da Administração Pública.
- b) O Poder Regulamentar da Administração Pública abrange somente o poder de regular o seu próprio funcionamento interno, não abrangendo a edição de normas complementares à lei, para sua fiel execução.
- c) O Princípio da Supremacia do interesse público não prevalece sobre o Princípio da Garantia da Propriedade Privada.
- d) Com o Princípio da Autotutela, a Administração Pública exerce controle sobre os seus próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário.
- e) Poder Disciplinar que cabe à Administração Pública permite que a eventual penalidade possa ser aplicada sem que haja o contraditório e a ampla defesa.

20) O Poder Público pode editar atos administrativos obrigacionais capazes de interferir na esfera jurídica dos administrados, ainda que sem a aquiescência destes. Neste caso, o atributo do ato administrativo denomina-se:

- a) Coercibilidade.
- b) Exigibilidade.
- c) Auto-executoriedade.
- d) Imperatividade.
- e) Outro.

21) O ato administrativo que concluiu seu ciclo de formação, mas que possui um de seus requisitos em



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

desacordo com a lei, apesar de estar produzindo seus efeitos, deve ser classificado como:

- a) Imperfeito, inválido e eficaz.
- b) Perfeito, válido e eficaz.
- c) Perfeito, válido e exaurido.
- d) Perfeito, inválido e eficaz.
- e) Imperfeito, válido e exaurido

22) Ambulância do Corpo de Bombeiros envolveu-se em acidente de trânsito com automóvel dirigido por particular, que trafegava na mão contrária de direção. No acidente, o motorista do automóvel sofreu grave lesão, comprometendo a mobilidade de um de seus membros superiores. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) existe responsabilidade objetiva do Estado em decorrência da prática de ato ilícito, pois há o nexo causal entre o dano sofrido pelo particular e a conduta do agente público.
- b) não haverá o dever de indenizar se ficar configurada a culpa exclusiva da vítima, que dirigia na contramão, excluindo a responsabilidade do Estado.
- c) não se cogita de responsabilidade objetiva do Estado porque não houve a chamada culpa ou falha do serviço. E, de todo modo, a indenização do particular, se cabível, ficaria restrita aos danos materiais, pois o Estado não responde por danos morais.
- d) está plenamente caracterizada a responsabilidade civil do Estado, que se fundamenta na teoria do risco integral.

23) Caio, policial militar do Estado X, abalroou, com sua viatura, um veículo particular estacionado em local permitido, durante uma perseguição. Júlio, proprietário do veículo atingido, ingressou com uma demanda indenizatória em face do Estado. A sentença de procedência reconheceu a responsabilidade civil objetiva do Estado, independentemente de se perquirir a culpa do agente. Nesse caso:

- a) Não pode o Estado ingressar com ação de regresso em face do policial militar, eis que, no momento do acidente, na condição de agente público.
- b) Pode o Estado ingressar com a ação de regresso em face do policial militar, devendo o ente público demonstrar a existência de dolo do agente.
- c) Pode o Estado ingressar com a ação de regresso em face do policial militar, devendo o ente público demonstrar a existência de culpa ou de dolo do agente.
- d) Não pode o Estado ingressar com ação de regresso em face do agente público, uma vez que o Estado não foi condenado com base na culpa ou dolo do agente.

24) A Administração Pública Estadual pretende realizar uma licitação em modalidade não prevista na legislação federal. Nesse caso é correto afirmar que:

- a) A intenção é viável, pois o Estado tem ampla competência para legislar sobre licitações;
- b) A intenção somente é viável caso seja realizada a combinação de modalidades de licitação já previstas na Lei n.º 8.666/1993
- c) A intenção não é viável por expressa vedação da Lei n.º 8.666/1993
- d) A intenção é viável por expressa autorização da Lei n.º 8.666/1993

25) Diante das chuvas torrenciais que destruíram o telhado do prédio de uma Secretaria de Estado, o Administrador entende presentes as condições para a dispensa de licitação com fundamento no art. 24, IV da Lei nº 8.666/1993 (contratação direta quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras serviços. Equipamentos e outros bens públicos sobre a

possibilidade de contratação de empresa de construção civil de renome nacional para a reconstrução da estrutura afetada do edifício. Sobre as hipóteses de contratação direta, assinale a afirmativa correta.

- a) As hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação não exigem justificativa de preço, porque são casos em que a própria legislação entende inconveniente ou inviável a competição pelas melhores condições de contratação.
- b) A dispensa de licitação, assim como a inexigibilidade, não prescinde de justificativa de preço, uma vez que a autorização legal para não licitar não significa possibilidade de contratação por preços superiores aos praticados no mercado.
- c) Apenas as hipóteses de dispensa de licitação (e não as situações de inexigibilidade) exigem justificativa de preço, até porque a inexigibilidade significa que somente uma pessoa pode ser contratada, o que afasta possibilidade de discussão quanto ao preço.
- d) A dispensa de licitação não exige justificativa de preço, pois a própria lei prevê, taxativamente, que não se faça licitação nas hipóteses elencadas; na inexigibilidade, a justificativa do preço é inafastável, diante do caráter exemplificativo do art. 25 da Lei.

26) José da Silva é o Chefe do Departamento de Pessoal de uma Secretaria de Estado. Recentemente, José da Silva avocou a análise de determinada matéria, constante de processo administrativo distribuindo inicialmente a João de Souza, seu subordinado, ao perceber que a questão era por demais complexa e não vinha sendo tratada com prioridade por aquele servidor. Ao agir assim, José da Silva fez uso

- a) do poder hierárquico
- b) do poder disciplinar
- c) do poder discricionário
- d) da teoria dos motivos determinantes

27) Quanto às pessoas jurídicas que compõem a Administração Indireta, assinale a alternativa correta.

- a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.
- b) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, autorizadas por lei.
- c) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.
- d) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas para o exercício de atividades típicas do Estado.

28) Consoante aos princípios da administração pública, assinale a opção correta:

- a) De acordo com o princípio da publicidade, toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei.
- b) Dado o princípio da legalidade. Deve o administrador público pautar sua conduta por preceitos éticos.
- c) A obrigação de a administração pública ser impessoal decorre do princípio da moralidade.
- d) A eficiência constitui um princípio administrativo previsto na CF.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

29) No tocante às nulidades processuais, é incorreto afirmar:

- a) Sob pena de preclusão, a nulidade dos atos processuais deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte manifestar-se nos autos, mesmo quando deva o juiz decretá-la de ofício.



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

- b) Em ação na qual haja interesse de incapaz, a não intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do processo.
- c) Pelo princípio da instrumentalidade das formas, realizado o ato processual de modo diverso ao previsto em lei, sem nulidade estabelecida, o juiz terá tal ato como válido se alcançar sua finalidade.
- d) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará os atos atingidos, ordenando as providências necessárias para que sejam repetidos ou retificados.
- e) São nulas as citações e intimações, quando feitas sem observância das prescrições legais.

30) Considere as seguintes assertivas a respeito da coisa julgada:

- I. Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- II. A sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lei e das questões decididas.
- III. Faz coisa julgada a apreciação de questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
- IV. Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.

De acordo com o Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I e IV.
- d) II, III e IV.
- e) II e IV.

31) Com base no art. 19 do novo Código de Processo Civil (CPC), o interesse do autor pode limitar-se à declaração

- a) apenas do interesse
- b) apenas de uma relação jurídica
- c) da existência, da inexistência de uma relação jurídica.
- d) as autenticidade e falsidade de um documento
- e) da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica

32) De acordo com o Código de Processo Civil, Lei n.º 13.105/2015, assinale a opção incorreta:

- a) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis, é competente o foro da situação da coisa. O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio não recair sobre direito de propriedade, vizinhança, divisão, demarcação de terras e de nunciação de obra nova.
- b) Não se admite ação meramente declaratória caso tenha ocorrido a violação do direito.
- c) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididas separadamente, mesmo sem conexão entre eles.
- d) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida, será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

33) Sobre o negócio jurídico processual, assinale a alternativa incorreta:

- a) Negócio jurídico processual entabulado por parte tecnicamente desassistida não é indício de

vulnerabilidade, e eventual controle judicial de validade do pacto só pode ser feito a requerimento de uma das partes.

b) Não é admitida a negociabilidade que modifique competência absoluta ou que importe em supressão da primeira instância.

c) Por convenção, podem as partes ampliar prazos de qualquer natureza e retirar o efeito suspensivo de recursos.

d) Se as partes forem plenamente capazes e o objeto do processo permitir autocomposição, não há vedação a que se convençione impor limites à cognição do juiz sobre determinada matéria, seja sob perspectiva vertical ou horizontal.

e) N.D.A.

34) Sobre o procedimento comum no novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) O CPC-15 manteve a dicotomia entre procedimento comum ordinário e procedimento comum sumário, sendo que este último prioriza o princípio da oralidade e é mais célere, à semelhança do que ocorre com os juizados especiais.

b) O novo Código prevê um procedimento que pressupõe sempre a prévia audiência de conciliação ou mediação, não havendo hipótese em que este ato processual não aconteça.

c) Apesar de ter sido vetado o dispositivo que previa a conversão de ação individual em ação coletiva, foi mantida a hipótese de instauração de IRDR, o que também cumpre o papel de racionalizar os trabalhos do Judiciário.

d) O novo CPC inaugura a necessidade de se indicar, desde a peça prolegomenal, a opção pela realização de autocomposição ou não, mas isso não implica em novo requisito da petição inicial.

e) O juiz pode, como meio de adaptação das demandas e no bojo de seus poderes processuais, ampliar ou reduzir prazos peremptórios.

35) Sobre princípios no novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

a) Princípio da primazia do julgamento de mérito, que é novidade no ordenamento processual, determina que o órgão julgador deve buscar julgar o mérito das demandas, evitando proferir decisões de inadmissibilidade das ações ou dos recursos, sempre que possível sanar os respectivos vícios.

b) Princípio da transcendência é o que dispõe que não há nulidade sem prejuízo.

c) Princípio da dialeticidade, como corolário da regularidade formal dos recursos, dispõe que a retórica das razões recursais deve obedecer aos postulados da dialética aristotélica.

d) O princípio da boa-fé é manifestação instrumental da boa-fé objetiva proveniente do direito privado, e propõe alguns standards ético-jurídicos que devem ser observados em quais posições processuais.

36) Prazos são intervalos de tempo estabelecidos para que, dentro deles, sejam praticados atos jurídicos. Sendo processual a natureza do ato, ter-se-á um prazo processual. (Câmara. Alexandre Freitas, O Novo Processo Civil Brasileiro, São Paulo: Atlas, 2015, p.137. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) Prazos impróprios são aqueles cujo decurso não acarreta a perda da possibilidade de praticar o ato.

b) Os prazos fixados em meses não são contínuos, suspendendo-se nos dias em que não haja expediente forense.

c) Não havendo prazo legal e não tendo o juiz assinado prazo, deverá ser o ato praticado em quinze dias.



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

d) Contam-se os prazos incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
e) O prazo judicial é fixado em lei.

37) Sobre a disciplina dos atos processuais no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos processuais podem ser parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.
- b) Os negócios jurídicos processuais e o calendário processual são faculdades que decorrem da negociação exclusiva das partes, devendo o magistrado apenas controlar a validade das convenções previstas.
- c) Como a movimentação processual é exclusiva de advogado, não há no Código de Processo Civil preocupação com a acessibilidade aos sítios das unidades do Poder Judiciário na rede mundial de computadores.
- d) A distinção entre sentença e decisão interlocutória é de conteúdo material, sendo irrelevante o momento e a situação processual em que o ato do juiz foi praticado e seus efeitos para o andamento do processo.
- e) Toda decisão oriunda dos tribunais é considerada, pelo Código de Processo Civil, como um acórdão.

38) Analise as assertivas abaixo.

I. A tutela provisória de urgência pode ser de natureza antecipada ou cautelar, e pode concedida em caráter antecedente, incidental ou vestibular, e jamais pode ser concedida sem respeito ao contraditório.

II. A tutela de evidência prescinde da demonstração de perigo, mas só pode ser concedida liminarmente em caso de abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.

III. A semelhança do que ocorria no Código de Processo Civil de 1973, a parte que requer tutela cautelar em caráter antecedente deverá formular o pedido principal em até 30 (trinta) dias, mas isso será deduzido nos próprios autos.

IV. A tutela provisória estabilizada não faz coisa julgada, mas o direito de rever a estabilização judicialmente se extingue após 2 (dois) anos.

Sobre as tutelas provisórias no novo CPC, responda:

- a) Apenas uma assertiva está correta.
- b) Apenas duas assertivas estão corretas.
- c) Apenas uma assertiva está incorreta.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

39) A respeito dos recursos, é correto afirmar:

- a) os embargos de declaração têm efeito suspensivo e, em alguns casos, têm efeito interruptivo dos prazos recursais.
- b) a renúncia do direito de recorrer depende da anuência da outra parte.
- c) cabe agravo de instrumento dos despachos.
- d) o recorrente só poderá desistir do recurso com a anuência do recorrido e dos litisconsortes.
- e) cabe agravo de instrumento da decisão que julgar incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.

40) A respeito do tema dos recursos no direito processual civil, é correto afirmar que:

- a) a preliminar de repercussão geral da questão constitucional suscitada é requisito formal necessário para o conhecimento de todos os recursos extraordinários, sob pena de não ser admitido o referido recurso.
- b) o juízo de retratação do magistrado somente é cabível no agravo de instrumento e no recurso especial.
- c) os embargos de declaração interpostos intempestivamente pelo recorrente não suspendem o prazo para a interposição de outro recurso.

d) a recusa do recorrido ao pedido de desistência recursal deve ser fundamentada e justificada, não bastando a simples alegação de discordância.

c) os embargos infringentes são cabíveis quando o acórdão não unânime proferido pelo tribunal houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito.

PROVA DISCURSIVA : REDAÇÃO

1. A ética de Sócrates reside no conhecimento e na felicidade. Como assim conhecimento? Aquele que comete o mal crê praticar algo que o leve à felicidade, por ter seu juízo enganado por meros "achismos". Por isso é preciso, antes, conhecer a si mesmo. Depois de dotado de conhecimento, aí, sim, valorar acerca do bem e do mal. A felicidade, para ele, não se resumia a bens materiais, riquezas, conforto ou status perante os demais homens. Conforme Bittar e Almeida (p. 101): "O cultivo da verdadeira virtude, consistente no controle efetivo das paixões e na condução das forças humanas para a realização do saber, é o que conduz o homem à felicidade." Sua ética é, portanto, teleológica, ou seja, tem como fim da ação a felicidade. (FONTE: <https://jus.com.br/artigos/20758/etica-direito-e-justica-socrates-e-platao-contra-os-sofistas>)
2. [...] o conhecimento é sempre uma certa relação estratégica em que o homem se encontra situado. É essa relação estratégica que vai definir o efeito do conhecimento e por isso serial totalmente contraditório imaginar um conhecimento que não fosse em sua natureza obrigatoriamente parcial, oblíquo, perspectivo (FOUCAULT, 2012b, p. 25).
3. Pouco conhecimento faz com que as pessoas se sintam orgulhosas. Muito conhecimento, que se sintam humildes. É assim que as espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o Céu, enquanto que as cheias se baixam para a terra, sua mãe. (Leonardo da Vinci)
4. O mestre disse a um dos seus alunos: Yu, queres saber em que consiste o conhecimento? Consiste em ter consciência tanto de conhecer uma coisa quanto de não a conhecer. Este é o conhecimento. (Confúcio)
5. Conhecer não é demonstrar nem explicar, é aceder à visão. (Antoine de Saint-Exupéry)

Considerando os trechos apresentados acima, elabore um texto dissertativo: expositivo-argumentativo com o tema:

O PODER DO CONHECIMENTO

OBS:

- ✓ O texto deverá ter no máximo 20 linhas;
- ✓ Utilizar a norma culta da língua;
- ✓ Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- ✓ Tiver menos de 15 linhas escritas, sendo considerada "insuficiente";
- ✓ Fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;